

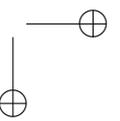
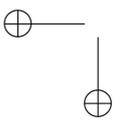
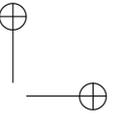
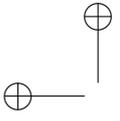
Do tempo e do seu *outro*
**Paul Ricœur e a dupla mediação
prática da temporalidade**



Miguel Soares de Albergaria

2009

www.lusosofia.net





LUSOSofia:press

Covilhã, 2009

FICHA TÉCNICA

Título: *Do tempo e do seu outro.*

Paul Ricœur e a dupla mediação prática da temporalidade

Autor: Miguel Soares de Albergaria

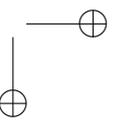
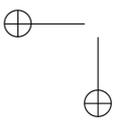
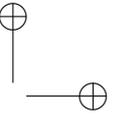
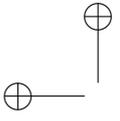
Colecção: Artigos LUSOSOFIA

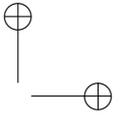
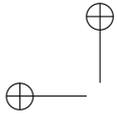
Design da Capa: António Rodrigues Tomé

Composição & Paginação: Filomena S. Matos

Universidade da Beira Interior

Covilhã, 2009



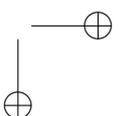
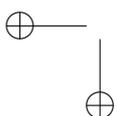


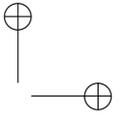
Do tempo e do seu *outro* Paul Ricœur e a dupla mediação prática da temporalidade

Miguel Soares de Albergaria

Índice

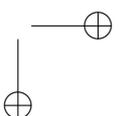
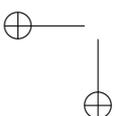
1. O problema teórico: tempo fenomenológico vs. tempo cosmológico, <i>visibilidade</i> vs. <i>invisibilidade</i> do tempo	5
2. Para uma resposta prática: prefiguração, configuração e refiguração narrativa do tempo	9
a) <i>Da análise da acção à narrativa</i>	9
b) <i>A mimesis narrativa</i>	10
c) <i>O “círculo da mimesis”</i>	14
3. As mediações horizontal e vertical do tempo pelas categorias narrativas	15
3.1. <i>A iniciativa</i> do agente e a primeira mediação horizontal . .	15
3.2. <i>A repetição</i> narrativa e a mediação vertical imperfeita . .	16
a) <i>A abertura à verticalidade (tempo fenomenológico)</i>	16
b) <i>A segunda mediação horizontal</i>	17
c) <i>A mediação vertical pelas categorias narrativas</i> . .	18
d) <i>Vestígios da temporalidade originária</i>	19
3.3. <i>O ser-com</i> e a temporalidade originária	20
4. <i>Tempo e Narrativa</i> e a temporalidade originária	21
4.1. <i>Tempo e Narrativa</i> como um <i>tipo</i> narrativo	23
4.2. De um <i>outro</i> do tempo e da estrutura da plausibilidade . .	26

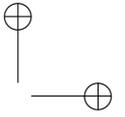




5. Avaliação da resposta de <i>Tempo e Narrativa</i> ao problema do tempo	29
Bibliografia Consultada	31

Resumo: Perante a aporia teórica entre o tempo cosmológico e o tempo fenomenológico, P. Ricœur propôs a mediação prática da narrativa, que se desdobra ainda numa mediação (imperfeita) entre os níveis temporais reconhecidos pela fenomenologia. Procuro *explicar* os dispositivos para essas mediações, e alguns seus resultados para uma teoria do tempo. Entretanto a *compreensão* de *Tempo e Narrativa* requer uma sua classificação literária. Que penso ser a de *tipo* narrativo – ou seja, esta obra será auto-referencial. Competir-lhe-á assim alguma mediação temporal, que procuro interpretar. Termina com uma reflexão avaliadora – especialmente exigida por essa auto-referencialidade que alguns de nós reconhecemos na obra de Ricœur – para considerar que os seus três volumes constituem uma exaustiva colocação de uma hipótese, mas, ao contrário do que o autor anuncia, não chegam a pô-la à prova.



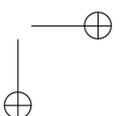
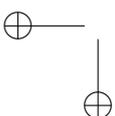


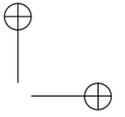
1. O problema teórico: tempo fenomenológico vs. tempo cosmológico, *visibilidade vs. invisibilidade do tempo*

Ainda nas recentes neurociências a questão do tempo (a propósito do que dura ao longo de um processo, a identidade) volta a merecer uma atenção primordial – “A ideia de integração [mental] pelo tempo tem emergido ao longo da última década e aparece agora de forma proeminente no trabalho de vários teorizadores” (Damásio, 1999: 111). Entre os quais Oliver Sacks (2004), que porém reconhece, comparando o processo mental a um filme, que no caso em questão também o *projector-espectador* – a consciência – que integra essas imagens se processa ele próprio... O problema evoca a velha tensão entre as abordagens agostiniana e aristotélica ao tempo (v. Ricœur, 1983: 21-65; 1985a: 21-42):

Visando a nossa vivência temporal, S. Agostinho reconheceu o ser não ao tempo em si mas às coisas que se sucedem, uma vez que o que se mede temporalmente não é uma forma (temporal) pura, mas sim as coisas preditas, relatadas, ou recordadas. Esta medição implica que tais coisas, precisamente nas respectivas situações temporais, sejam *a-presentadas* a uma instância mensuradora – a “alma”. Pelo que a temporalidade se estratifica entre o nível, derivado, do (presente do) futuro, (presente do) presente, e (presente do) passado, e o nível, originário, da alma que se estende por aqueles três momentos. Estende-se, porém, para neles se discriminar, dis-tendendo-se. O que a obriga a isto? E com que referência se discrimina ela? – “Que l’âme se «distende» à mesure qu’elle se «tend»”, voilà la suprême énigme” (Ricœur, 1983: 48). Essa referência, ou condição, será porventura aquele processo sucessivo, que então se não afigura redutível a uma alma ou consciência.

Foi precisamente o que Aristóteles visou na sua cosmologia, definindo o tempo como “o número [medida] do movimento, segundo



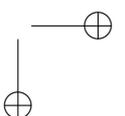
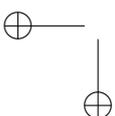


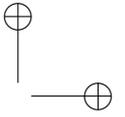
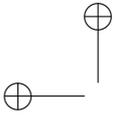
o antes e o depois”. Todavia, para que esta discriminação aconteça, também é necessário qualquer instância como uma alma que discrimine os instantes, compare os espaços entre eles, e lhes determine o número. O próprio filósofo grego manifestou a estranheza de que o movimento temporal pressuponha a permanência de algo que, sendo limitado por ele, se mantenha à sua margem estando até ligado à origem desse tempo. Além disso, a alteração daquilo que o tempo era suposto apenas enquadrar – como o envelhecimento de quaisquer entes – parece sugerir uma inter-relação entre um e outros, ou seja, que o tempo não será uma estrutura pura.

Paul Ricœur (1985a: 110-177) assinala que aparentemente essa aporia de uma simultânea exclusão e implicação mútuas entre fenomenologia do tempo e cosmologia teria sido ultrapassada pela fenomenologia heideggeriana – para nos parágrafos 3 e 4 tentarmos uma *explicação e compreensão* da resposta prática deste autor francês ao problema do tempo será útil avançarmos aqui a estrutura dessa fenomenologia:

Não se reportando a uma alma, como tal oposta ao cosmos, mas sim ao modo de ser – o *cuidado* – de um ente que é-no-mundo, Heidegger abarcou a interioridade e exterioridade desse ser-aí. Ao qual o dito cuidado revela, segundo esse autor, a morte como possibilidade mais própria. De modo que este ente assume o seu ser autêntico ao se projectar ou exteriorizar para algo que está *por-vir*. Isto por sua vez faculta o reconhecimento dele *ter-sido* projectado nesta existência. Na qual pode precisamente optar por *tornar-presente* o que lhe é mais próprio – dispondo-se em função do que há por-vir. Usando a linguagem derivada comum, dir-se-á então que a experiência humana do tempo é *originada* pela expectativa futura da morte, que implica o nascimento e vida passada, que se constitui como um manancial de recursos para a escolha presente entre a autenticidade e a inautenticidade (a alienação da nossa condição mortal).

Este último momento tanto encerra o nível “originário” da temporalidade, como a abre a um segundo nível na ordem da derivação:



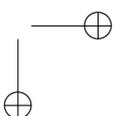
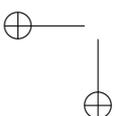


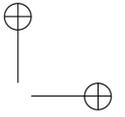
aquele onde precisamente se constitui uma unidade entre o nascimento e a morte. O autor alemão designou-o por “historialidade”, consistindo esta na referida assunção ou *repetição* daquelas potencialidades herdadas que melhor realizem o destino próprio ao homem – seja singular, seja colectivo. Essa assunção, porém, ocorre sempre por entre os múltiplos acontecimentos quotidianos, os quais se dispõem entre si simultânea ou sucessivamente. Ou seja, da historialidade deriva-se ainda para um terceiro nível que este autor designou por “intra-temporalidade”, o qual estrutura a acção de *contar-com* todos esses acontecimentos segundo o antes e o depois.

Esta última derivação não se confunde com o que Heidegger considera já uma degeneração da temporalidade: a “concepção vulgar” do tempo, pela qual este é objectivado como se fosse algo em si e não uma temporização-de, nivelando-se assim também o tempo numa ignorância da sua estratificação.

Ora é precisamente esta *total* recusa da concepção do tempo como forma pura da sucessão que Ricœur (*ibid.*: 164), por sua vez, recusa. Pois considera que não haveria razão para aquelas duas derivações a partir da temporalidade originária “si le pôle monde de notre être-aumonde ne développait pas un temps lui-même *polairement* opposé au temps de notre Souci”. Ou seja, não se compreende a estratificação reconhecida na temporalidade se também não se supuser um tempo cosmológico, reportado ao movimento em geral, e que assim transcende o fluxo que nos é interno. Acabamos pois por não cumprir a prometida ultrapassagem teórica da velha tensão entre as abordagens agostiniana e aristotélica.

Outras abordagens além da neurocientífica – ex. Prigogine & Stengers (1990) nas bases físico-químicas das ciências naturais – têm vindo a reconhecer essa irreduzível tensão teórica entre um tempo cosmológico e fenomenológico, ou cronológico e psicológico, ou objectivo e subjectivo,... ainda que a formulando com diferentes nuances. Todavia, ao visar fenomenologicamente o tempo (interno) do dar-se daquilo com que o sujeito constitui os respectivos objectos,

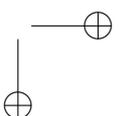
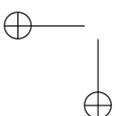


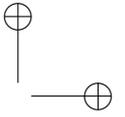


Husserl reconheceu a necessidade de alguma ordem temporal externa desses dados pela qual estes precisamente surjam e se tornem passados. Ordem essa à qual se referiu apenas metaforicamente, desistindo portanto aí de um discurso directo sobre o tempo. Simetricamente, Kant tinha aceitado essa representação indirecta do tempo pelos esquemas que articulam o diverso da sensibilidade. Os quais podem ser alvo de uma análise directa da constituição transcendental dos objectos, processo este cujo reconhecimento implicará porém uma sua (do processo) fenomenologia implícita. Nas palavras de Ricœur (1985a: 43-106), a *visão* do tempo implica uma sua *invisibilidade* radical, que implica alguma sua *visibilidade*. Um discurso directo não será aqui possível. Logo, visto exigir-se algum discurso, este terá que ser indirecto.

É esse o objectivo de *Tempo e Narrativa* (1983, 1984a, 1985a), e de alguns outros pequenos textos complementares do mesmo autor, numa exploração da mediação prática do discurso narrativo no que à experiência do tempo – a “temporalidade” – diz respeito. Isto é, a narrativa constitui-se como um discurso indirecto sobre a temporalidade, logrando tanto mediar – digamos, horizontalmente – o tempo cronológico e o tempo psicológico, mais os níveis – verticais – (intra-temporalidade e historialidade) que a fenomenologia reconhece nesse último, pelas próprias categorias narrativas, quanto facultar propostas pontuais (com as obras de alguns géneros narrativos) de mediação com o nível fenomenológico originário.

Os meus objectivos nestas páginas são, primeiro, apontar os dispositivos categoriais que Ricœur reconhece na narrativa para as primeiras mediações, bem como as balizas que daí decorrem para a teoria do tempo (3). Segundo, argumentarei que *Tempo e Narrativa* se constitui ela própria como uma daquelas propostas de mediação vertical radical; sendo também um dos casos em que “le texte (...) comporte des trous, des lacunes, des zones d’indétermination, voire, comme l’*Ulysse* de Joyce, met au défi la capacité du lecteur de configurer lui-même l’œuvre” (Ricœur, 1983: 146). De modo que pro-





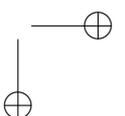
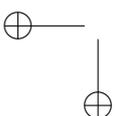
curarei aqui responder a este desafio relativamente àquela segunda mediação (4). Este objectivo deixar-nos-á enfim numa situação peculiar no momento de avaliar toda essa proposta, obrigando a uma nota final (5). Comecei no entanto por balizar a teoria do tempo pois, segundo Ricœur (1980: 345), “l’analyse [teórica] du temps jouera le plus souvent le rôle de guide, il appartiendra à l’analyse du récit d’exercer sur la précédente une action critique et corrective décisive”. No parágrafo seguinte apontarei a análise ricœuriana da narrativa que confere a esta última uma referência temporal, para então visar aquele primeiro objectivo.

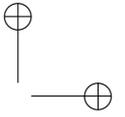
2. Para uma resposta prática: prefiguração, configuração e refiguração narrativa do tempo

a) Da análise da acção à narrativa

A mediação indirecta da narrativa ao problema teórico do tempo remonta a uma inversão da estratégia fenomenológica: em vez da especulação directamente sobre a origem da temporalidade, para daí deduzir esta última, ou mesmo de uma descrição directa das estruturas temporais, na base das quais porventura se induzisse aquele seu *outro*, passa-se ao mero levantamento, e conseqüente interpretação do que, efectivamente, está dado do tempo: as expressões linguageiras como “ter tempo para...”, “tomar o tempo de...”, bem como a gramática dos tempos de verbos, ou dos advérbios de tempo, que assinalam e assim caracterizam a nossa intra-temporalidade. Em particular, expressões da família “contar com o tempo”, visto que enunciam a acção de o calcular formalmente, o que relaciona o tempo cronológico ao tempo psicológico.

Essas expressões denotam operações de “composição dos factos”, que Aristóteles tinha designado por *mythos*, termo que o nosso





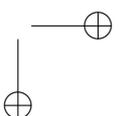
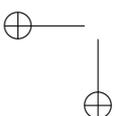
autor (1983: 66-104) traduziu por “pôr-em-intriga”. Através dela os factos são considerados como momentos do princípio, meio e fim de uma acção no seio da qual, precisamente, eles chegam a ter esse sentido que se lhes reconhece.

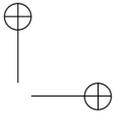
O critério desta composição, todavia, é eminentemente lógico, e não tanto cronológico – por exemplo o estatuto “começo-de...” advém a um facto pela ausência duma sua (do facto) necessidade prévia, assim como o estatuto “fim-de...” advém ao facto por este ser posto por outros e não os gerar por sua vez. Sendo certo que a lógica prática destas relações não ultrapassa os factos singulares que as estabelecem, não visando assim a universalidade que caracteriza a inteligibilidade teórica, em todo o caso ela constitui uma inteligência por facultar um reconhecimento do que serão, em si mesmas, as coisas figuradas mediante a intriga. Isto acontece porque a operação de pôr-factos-em-intriga *imita criativamente* – a “*mimesis*” aristotélica – a acção, desde uma pré-compreensão desta (*I*) até ao seu ulterior condicionamento (*III*) mediante as narrativas propriamente ditas (*II*). Ricœur (*ibid.*: 76) explicita que “nous distinguons le récit au sens large, défini comme le «quoi» de l’activité mimétique”.

b) A mimesis narrativa

Essa actividade, que caracteriza a narrativa, reenvia para a temporalidade logo no seu primeiro momento – *mimesis I*. Pois os conceitos da compreensão prática – e.g. substância da acção, motivos, etc. (v. Ricœur, 1988a) – articulam-se numa ordem paradigmática (de relações reversíveis), mantendo um significado virtual até à introdução de uma ordem sintagmática, própria à compreensão narrativa, mediante a composição diacrónica dos factos – como princípios, meios e fins das acções. Esta compreensão transforma assim a anterior, *prefigurando* a nossa temporalidade.

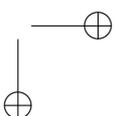
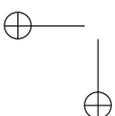
O modo concreto dessa prefiguração, e o respectivo resultado, se-

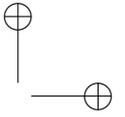




rão apontados no parágrafo 3.1, mas para o segundo objectivo (4.2) que assumi atrás será oportuno deixar aqui uma nota sobre o modo geral da transformação mencionada. Esta ocorre no seio de um horizonte de sentido determinado culturalmente (v. Ricœur, 1986a) – isto é, num dado contexto cultural uma acção pode ter certos sentidos (ex. erguer a mão aberta significará cumprimentar, mandar parar...) mas não outros quaisquer (... perguntar as horas). “Le symbolisme n’est pas dans l’esprit, n’est pas une opération psychologique destinée à guider l’action, mais une signification incorporée à l’action et déchiffable sur elle par les autres acteurs du jeu social” (Ricœur, 1983: 114). A cultura enquadra assim a compreensão narrativa, que transforma a compreensão prática. A temporalidade ocidental será então refigurada sob o enquadramento de duas balizas “arcaicas” – assim chamadas por transcenderem o pensamento: de um lado, como *outro* originário da própria temporalização do que assim se constitui e da respectiva inteligibilidade, encontramos um Criador cuja “éternité (...) c’est avant tout la fidélité du Dieu de l’Alliance, accompagnant l’histoire de son peuple” (Ricœur, 1985a: 474). É o Eterno que se anuncia na *extensão* agostiniana. Do outro lado, como tal origem encontramos antes uma “alma do mundo” que se pensa e move a si mesma – anterior portanto à cisão entre cosmologia e psicologia – assim um *aión* absolutamente simultâneo cuja “permanence (...) devient celle d’une identité éternellement immobile. Ici nous rejoignons le *Timée* de Platon, à travers Parménide et Héraclite” (*ibid.*: 471, 472). Estilizando essas duas relações entre o tempo e uma eternidade originária, dir-se-á que na pista grega o primeiro é desvalorizado em função duma eternidade que lhe escapa (e da qual ele não é mais do que “uma imagem móvel”, Platão), ao passo que na pista hebraica o tempo é dignificado por constituir a oportunidade das criaturas se realizarem como tais, só assim se reportando ao Eterno que as sustenta nessa mesma oportunidade.

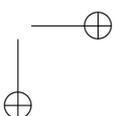
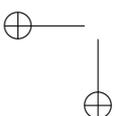
Mas voltemos à *mimesis*, no seu segundo momento, ao qual o nosso autor atribui a *configuração* da temporalidade. Designada-

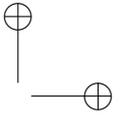
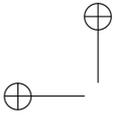




mente pela mediação entre os factos ou acontecimentos em si mesmos discordantes, e a intriga que lhes dá um sentido concordante, numa articulação de duas dimensões narrativas: a episódica – que dispõe cronologicamente a série de acontecimentos – e a configurante – que retira uma totalidade com sentido daqueles episódios soltos.

Essa mediação acontece num jogo entre inovação e sedimentação (v. Ricœur, 1983: 133), que tanto para o nosso segundo objectivo, quanto para o parágrafo avaliativo final (5), também será útil registarmos aqui. Com efeito, o autor francês recorre à ideia kantiana de uma imaginação produtora de esquemas de determinação a priori do tempo (em conformidade aos quais Kant pretendeu que se aplicam as categorias do entendimento ao diverso da intuição), para referir uns esquemas narrativos de relação entre as dimensões episódica e configurante. “Ce schématisation, à son tour, se constitue dans une histoire qui a tous les caractères d’une *tradition*. Entendons par là, non la transmission inerte d’un dépôt déjà mort, mais la transmission vivante d’une innovation toujours susceptible d’être réactivée par un retour aux moments les plus créateurs du faire poétique” (*ibid.*: 132, 133). É esse o jogo narrativo acima referido. O qual se regula segundo três níveis paradigmáticos: o formal, constitutivo de qualquer dita “narrativa”, constituído pela retirada de uma concordância da discordância entre diversos factos ou episódios; o do género, que distingue a narrativa trágica grega da comédia, da epopeia... até ao romance moderno, etc.; e o dos tipos em que algumas obras narrativas se constituem. Alguns destes tipos narrativos podem mesmo desligar-se da acção espacial, limitando-se aos caracteres psicológicos ou até já só aos conteúdos mentais de eventuais agentes daquelas outras. Também se dirá “narrativa”, pois, uma obra que componha pensamentos em si mesmos irreduzíveis uns aos outros, ou seja, cuja sucessão não ocorra por ilações lógicas formais, mas por mera plausibilidade, de tal modo que essa composição implique a iniciativa de um agente que precisamente escolha implementá-la acrescentando um sucessor contingente a um qualquer dado inicial. A propósito,



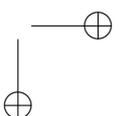
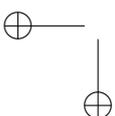


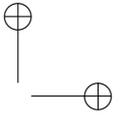
numa nota de rodapé o nosso autor salienta que “il n’y a plus de quelle de priorité [dos comportamentos ou dos conteúdos mentais] si en outre on entend par intrigue ‘*that implicit conceptual unity which has given the work its actual form*’ (F. Kermode, *The Genesis of Secrecy*, Cambridge, 1979). C’est le parti que je prends de mon côté tout au long de cet ouvrage” (Ricœur, 1983: 78, n. 1). Em todo o caso “l’innovation reste une conduite gouvernée par des règles: le travail de l’imagination ne naît de rien” (*ibid.*: 135), nomeadamente a da retirada de uma concordância da discordância, no desrespeito da qual nenhum discurso se dirá “narrativo”.

Em suma, a narrativa toma o tempo cronológico da sucessão episódica de comportamentos, pensamentos... como *condição* do tempo fenomenológico, nos seus vários níveis, do acto configurante de os implementar (àqueles episódios) assim em concordância. Tal como toma este segundo tempo como uma *efectivação* do anterior. Confirma-se pois uma *referência* da narrativa ao tempo.

Essa referência apenas se cumpre, no entanto, na *refiguração* da temporalidade do mundo da acção em *mimesis III*. Concretamente, ao acompanhar a configuração narrativa, nomeadamente pela leitura (ou audição...), o agente desta última assume a intenção presente no próprio facto daquele discurso, a saber, o da comunicação de alguém, o autor, a um seu outro, o leitor. Mais do que isso, frequentemente a leitura não só confirma a *mimesis II*, por utilizar a mesma gramática – pois o leitor interpreta as obras também na dialéctica entre esquematismo e tradicionalidade – como até pode ser ela a cumprir enfim a composição dos factos. Isto acontece sempre que a concordância em *mimesis II* não é completa, ou seja, quando persistem lacunas ou mesmo contradições que cabe ao leitor resolver. A configuração da temporalidade em *mimesis II* refere-se pois, em última instância, ao mundo do leitor, para *eventualmente* o condicionar precisamente mediante a leitura (v. Ricœur, 1983: 136).

Sobre esta “referência” convirá ainda anexarmos uma nota àquela outra sobre o jogo configurante entre inovação e sedimenta-



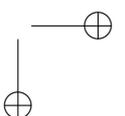
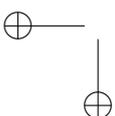


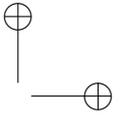
ção. Em *A Metáfora Viva* (s.d.: 323-381) Ricœur havia-a qualificado como metafórica por, tal como a referência descritiva, se reportar a um ser-no-mundo que ultrapassa a linguagem, mas em aspectos que se não deixarão dizer de forma directa. A saber, as obras literárias descobrem nos entes mundanos aspectos que se lhes (a esses entes) não circunscrevem, pelo que elas configuram os respectivos (dessas obras) referentes descritivos no modo ontológico de ser-como (extensão do modo linguístico metafórico ver-como) – alargando assim o conceito “mundo” para além das referências descritivas directas. Na base desse alargamento ontológico, e da epistemologia que lhe corresponde (nomeadamente na valorização da imaginação produtora), o autor (1984b: 437) explicou depois que “le terme de refiguration m’a paru plus approprié que celui de référence parce qu’il rappelle, par sa dérivation du terme de figure, l’appartenance de toute la problématique de configuration et de refiguration à l’ordre préconceptuel du schématisation de l’imagination productrice”.

Deixando porém o desenvolvimento dessas notas para os parágrafos 4 e 5, e concluindo o actual, podemos reconhecer que a narrativa se refere praticamente à temporalidade. Resta aferir se, da pré-compreensão da acção à refiguração desta passando pela configuração narrativa, afinal não se atribui apenas à acção o que desde o início lá se havia encontrado. Numa palavra, não constituirá essa “referência” um círculo vicioso?

c) O “círculo da mimesis”

Ricœur nega que isso aconteça fosse pela *violência*, fosse pela *redundância* da interpretação narrativa. O primeiro caso seria o da imposição da concordância narrativa a uma discordância radical própria da experiência. Todavia nem a concordância é exclusiva da narrativa, nem a discordância o é da experiência, nomeadamente a temporal. Pois a teoria encontra nesta última a concordância da tem-





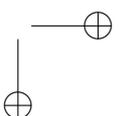
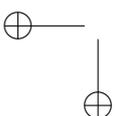
poralidade originária, enquanto os incidentes que inflectem o curso das respectivas intrigas introduzem uma discordância nessas outras. Inversamente, a narrativa seria redundante se se limitasse a reproduzir o que já constituísse a experiência, invocando até a mediação simbólica implícita no significado de qualquer acção. Exemplos, porém, de retiradas de uma história a partir de fragmentos de histórias na psicanálise ou no processo judicial sugerem o conceito de “história potencial”, que a narrativa actualizará na base da experiência ultrapassando assim esta última. De forma que o nosso autor conclui que “il faut plutôt y voir un ‘cercle bien portant’ dans lequel les arguments avancés sur les deux versants du problème se portent mutuellement secours” (Ricœur, 1983: 144).

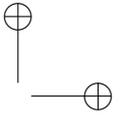
Garantido que a narrativa pode efectivamente exercer uma acção crítica e correctiva decisiva sobre a teoria do tempo, vejamos então *como* ela o faz, e precisamente *que* correcções são estas.

3. As mediações horizontal e vertical do tempo pelas categorias narrativas

3.1. A iniciativa do agente e a primeira mediação horizontal

Logo na pré-compreensão narrativa do tempo (*mimesis I*) se verifica uma mediação entre o tempo cosmológico e o fenomenológico, corrigindo concretamente a fenomenologia heideggeriana. Como vimos, nesta última a experiência imediata do tempo constitui-o não como uma sucessão abstracta de instantes homogéneos, mas como a temporalização da nossa preocupação com as coisas que, estas sim, se deixam enquadrar naquela sucessão. Ricœur porém pretende que a compreensão narrativa transforma essa compreensão prática. Nome-





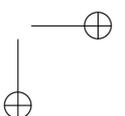
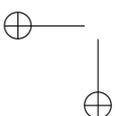
adamente, definindo as “acções de base” a partir de frases narrativas também “de base”, aquelas revelam-se como actos de começar algo. Ou seja, decorrem de uma *iniciativa* do agente, que assim assume uma situação mas introduz-lhe um novo curso (v. Ricœur, 1980, 1985a, 1986b). Reconhece-se assim “la catégorie du ‘je peux’, qui a l’avantage de mettre en lumière le médiateur le plus originaire entre l’ordre du monde et le cours du vécu, à savoir le corps propre qui, d’une certaine façon, appartient aux deux régimes physique et psychique, cosmique et subjectif. La conjonction entre le présent vif et l’instant quelconque est opérée pratiquement dans l’initiative qui a pour site la chair” (Ricœur, 1986b: 269).

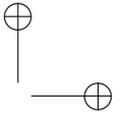
Em suma, se a compreensão prática, pressuposta pela narrativa, já recusava a concepção “vulgar” do tempo aderindo antes a uma sua concepção fenomenológica, a compreensão narrativa corrige-a no entanto ao obrigá-la a não se reduzir ao tempo fenomenológico na ignorância do cosmológico. Não se sugere assim um regresso àquela “vulgaridade”, mas antes o desenvolvimento da análise desta de modo a que se não fique pelo primeiro estágio da sua recusa.

3.2. A repetição narrativa e a mediação vertical imperfeita

a) A abertura à verticalidade (tempo fenomenológico)

Assumida aquela obrigação, no segundo momento mimético a dialéctica entre as dimensões episódica e configurante desnivela a experiência do tempo. Isto é, além da anterior abrangência horizontal será ainda necessário distinguir verticalmente a temporalidade. Pois a limitação do tempo da acção – que acontece entre um princípio e um fim – e a totalização que lhe (a esse tempo limitado) advém pelo significado da acção, recusam a suficiência do tempo unilinear –





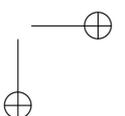
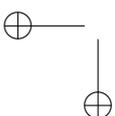
seja cosmológica e/ou fenomenologicamente concebido – obrigando antes a uma distinção entre esse nível de uma sequência (cosmológica) ou intra-temporalidade (fenomenológica), e algum outro nível de onde advenha ao primeiro as referidas limitação e totalização.

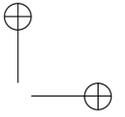
Ainda aqui a análise ricœuriana da narrativa é guiada pela teoria, designadamente com a postulação de uma historialidade responsável por essas últimas referências. Mas enquanto a fenomenologia retirava a intra-temporalidade da historialidade mediante a estrutura de contar-com tudo o que vai compondo esta última, a compreensão da acção em geral revela como a compreensão narrativa (implícada na anterior pela introdução da ordem sintagmática) implementa esse segundo nível da temporalidade após o nível intra-temporal. Antes porém de assinalarmos como isto acontece na prática narrativa voltemos à horizontalidade do parágrafo 3.1.

b) A segunda mediação horizontal

Com a dialéctica entre as duas dimensões de *mimesis II* reencontramos as concepções cosmológica e fenomenológica do tempo. Num sentido, porém, inverso ao teórico: se nessa outra abordagem a situação era aporética – i.e. *paralisante* – dada a simultânea implicação e exclusão mútuas entre ambas as concepções, na abordagem da *mimesis* narrativa esta dicotomia é *produtiva*, pois cada parte requer a outra para que a intriga seja possível.

Depois do reconhecimento da iniciativa e do seu significado temporal em *mimesis I*, em *mimesis II* a narrativa volta assim a responder à aporia horizontal da teoria do tempo, agora pela prevalência de uma concordância sobre a discordância dos acontecimentos, na dialéctica entre as dimensões configurante e episódica. Passemos então ao modo como isto acontece.



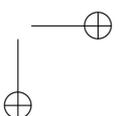
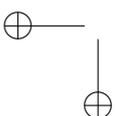


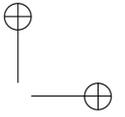
c) A mediação vertical pelas categorias narrativas

A evolução narrativa em geral não ocorre por qualquer imperativo lógico, dedutivo ou indutivo, como nos discursos teóricos, ou sequer segundo a problematologia que rege perguntas e respostas nos discursos pragmáticos. Dá-se antes pela anteposição do fim da intriga logo no início, como possibilidade deste, a partir do qual se *repete* essa orientação até a cumprir naquele fim que faculta à história a respectiva totalização. Como porém o fim não está logicamente implicado nos episódios que a ele conduzem a narrativa não se desenvolve analiticamente, a repetição é apenas o reconhecimento retroactivo da plausibilidade desse fim. Não sendo propriamente a assunção de *um* destino herdado (cf. Hegel, Heidegger), é todavia a de alguma potencialidade, pois a conclusão era um dos finais possíveis desde o início.

Mas se na forma narrativa geral a repetição é apenas um reconhecimento de plausibilidade, verifica-se todavia uma multiplicidade (hierarquizada) de níveis repetitivos correspondentes a diversos géneros narrativos. Isto é particularmente evidente nas narrativas de procura heróica (*quête heroïque*) em que a personagem central é confrontada com um desafio que tem que vencer – ex. *Odisseia* (Ricœur, 1983: 362). Desde a mera desorientação da personagem numa situação tenebrosa inicial, cuja ameaça se repete até à sua ultrapassagem final, à posição da promessa que orienta teleologicamente a repetição consequente até ao seu cumprimento, a orientação inicial varia numa escala de negatividade/positividade.

Para o nosso segundo objectivo (4.1) será importante registarmos que Ricœur assinala a possibilidade da narrativa não se reduzir a retornos a metas *especialmente* distintas dos outros episódios – como a Ítaca para Ulisses – mas abarcar ainda repetições puramente *temporais*. “Dans ces récits, la répétition constitue la forme temporelle elle-même. L'exemple paradigmatique de tels récits se trouve dans les *Confessions* d'Augustin. Ici, la forme du voyage est intériorisée





au point qu'il n'existe plus de lieu privilégié dans l'espace vers lequel on pourrait faire retour" (*ibid.*: 362, 363).

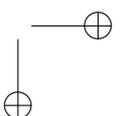
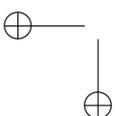
Mas, em qualquer desses géneros narrativos, "reconnaître mon pouvoir-être dans mon avoir-été, voilà la répétition non plus onirique, mais résolue", diz o autor um pouco à frente (*ibid.*: 363). Assim se configura narrativamente a historialidade. Ainda que em geral a totalização que lhe é própria seja inacabada, pois a determinação temporal recusa qualquer unicidade lógica permitindo mais do que uma relação entre os sucessivos episódios. Ricœur salienta aqui as narrativas historiográficas, que medeiam imperfeitamente "horizontes de expectativa" e "espaços de experiência" (R. Koselleck), numa orientação dos primeiros a partir dos segundos, experiências estas que por sua vez são esclarecidas à luz daquelas expectativas, num duplo trânsito facultado pela "força do presente" (Nietzsche), que o nosso autor equipara, no plano colectivo, à iniciativa do plano individual.

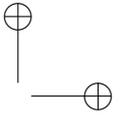
Assim se corrige a abordagem especulativa, nomeadamente a teoria hegeliana da história (v. Ricœur, 1985a: 349-373) que procura "fechar" essa totalidade numa definição absoluta.

d) Vestígios da temporalidade originária

A narrativa em geral, segundo as suas categorias, já não segue a teoria rumo a um nível originário da temporalidade. De um lado porque a dimensão episódica mantém os momentos narrativos numa irreduzibilidade mútua a despeito de qualquer implicação (configurante). De outro lado porque a mera plausibilidade – e não necessidade lógica – do fim da intriga confirma essa exterioridade dos episódios narrativos.

Todavia uma mediação desse último nível vertical fica esboçada, ou encetada, com aquele reconhecimento, no ter-sido, da possibilidade de um por-vir, que assim se torna-presente, o qual (reconhecimento) ocorre na repetição resolvida. As categorias narrativas da





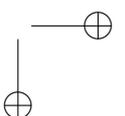
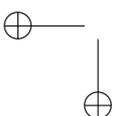
historialidade implicam pois uma *qualquer* abertura ao nível originário da temporalidade, ainda que já não o configurem.

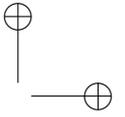
A rigor, aliás, esta união das exteriorizações para os por-vir, ter-sido e tornar-presente verifica-se logo no presente-operante da iniciativa de um agente que assume uma situação *para* a reorientar. Os vestígios de um nível originário da extensão historial e intra-temporal encontram-se pois de *mimesis I* a *mimesis II*.

3.3. O *ser-com* e a temporalidade originária

Mimesis III, segundo as suas categorias gerais, também não se referirá a – ou refigurará – uma temporalidade originária, pois o respeito da leitura pela tradição (dos esquemas que relacionam as dimensões episódica e configurante) implica a distensão temporal que quebra a extensão contínua e coesa daquela temporalidade extáctica. Todavia este último momento do círculo (ou espiral) mimético condicionará a percepção desse derradeiro nível, nomeadamente do *outro* a partir do qual a temporalidade possa decorrer verticalmente. Em especial mediante a narrativa de ficção, ou quaisquer tipos narrativos que não historiográficos, uma e outros menos condicionados pela dimensão episódica que a historiografia tem que respeitar dada a importância histórica da cronologia (v. Ricœur, 1984a: 189-286; 1985a: 229-251).

Com efeito, ao se projectar para um auditório a narrativa visa refigurar um tempo que é público. Logo a temporalidade configurada em *mimesis II* fica reportada a um *ser-com*, e não a um *ser privado*. A mediação horizontal na intra-temporalidade fica assim derradeiramente confirmada, pois ambas as abordagens teóricas estão implicadas na publicidade do tempo. Quanto à historialidade, a refiguração de um tempo público inverte a prioridade heideggariana da repetição individual das potencialidades próprias sobre a repetição colectiva. A estrutura temporal que se constitui desta forma, a despeito do reco-

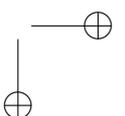
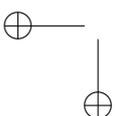


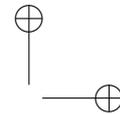
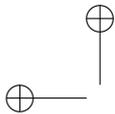


nhecido inacabamento, afirma o ser temporal (leia-se historial) como um *ser-com* (v. Ricœur, 1980: 365). Esta correcção ontológica da narrativa à fenomenologia heideggeriana tem enfim um alcance radical, ainda que apenas negativo: sendo a morte sempre experimentada singularmente, ela não se constitui como o referencial último de uma temporalidade (re)figurada publicamente. Ou seja, uma vez arrancado o ser-aí, pela refiguração narrativa, à singularidade da projecção para uma morte que lhe é própria, revelando-se o ser-com como a estrutura básica do que Heidegger chamou a “ontologia fundamental”, a morte deixa de se poder constituir como o *outro* a partir do qual se origina verticalmente a temporalidade. Com Sartre, Ricœur (1985a: 123) anota mesmo que não encontra outra razão para a posição do ser-para-a-morte como tal estrutura básica além duma simples opção existenciária do homem Martin Heidegger – a morte também pode ser considerada, por exemplo, como a simples interrupção do nosso poder-ser.

4. Tempo e Narrativa e a temporalidade originária

Resumindo a anterior *explicação* da resposta prática da narrativa às aporias teóricas sobre o tempo, a obra em comentário propõe que, ainda que não percebamos como se articulam, horizontalmente, o tempo cosmológico e o tempo fenomenológico, e, verticalmente, os três níveis deste último, nem se estabeleça o *outro* a partir do qual essa hierarquia se origine, na *prática* mediamos estes termos ao usar as categorias narrativas. Postulando assim alguma implicação entre as duas abordagens horizontais – a partir da iniciativa do agente e da dupla dimensionalidade episódica e configurante da narrativa – bem como (na vertical postulamos) o inacabamento de qualquer repetição historial – dada a mera plausibilidade da repetição narrativa – a prioridade da repetição colectiva sobre a individual – pelo estabele-



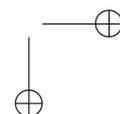
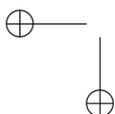


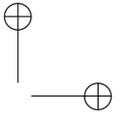
cimento do ser-como estrutura ontológica fundamental, e para enfim recusamos a morte como único e necessário *outro* da temporalidade.

Este último já as categorias da narrativa não alcançam positivamente. Todavia pode ser refigurado por obras que se não subordinem estritamente à distensão cronológica implicada na dimensão episódica. É por exemplo o caso das narrativas de ficção que apresentam variações imaginativas da experiência do “limite superior do processo de hierarquização da temporalidade” (v. Ricœur, 1983: 161), seja a morte, seja um dos dois modelos arcaicos de eternidade que a tradição ocidental propõe a quem dela participa.

Fica assim “posta à prova” (Ricœur, 1983: 105) a “hypothèse de base [de todo o *Tempo e Narrativa*], à savoir qu’il existe entre l’activité de raconter une histoire et le caractère temporel de l’expérience humaine une corrélation qui n’est pas purement accidentelle, mais présente une forme de nécessité transculturelle”. A uma leitura crítica, cabe agora avaliar a força dessa *prova* de tal *necessidade* transcultural.

Para isso importa classificar o discurso ricœuriano, a saber, como dedutivo, indutivo, problematológico, ou de outro género ainda, pois os requisitos de validação, e os critérios de aferição das respectivas forças variam entre tais discursos. Essa classificação de *Tempo e Narrativa* é o objectivo do próximo parágrafo. Antecipando o seu resultado, direi aliás que, segundo as categorias que essa obra apresenta, alguns de nós classificamo-la a ela própria como um tipo narrativo (e não, portanto, propriamente como um discurso teórico). Logo, ao seu comentário aplica-se o dito de Ricœur (1983: 112): “*comprendre ce qu’est un récit, c’est maîtriser les règles qui gouvernent son ordre syntagmatique*”. O itálico é meu, visa reforçar a ideia de que nenhuma explicação paradigmática da obra de Paul Ricœur – como a que desenvolvi nos parágrafos 1-3 – constituirá uma leitura ricœurianamente completa dessa obra. No parágrafo seguinte limitar-me-ei a balizar essa compreensão, sugerindo ao leitor que a pretenda desen-





volver o artigo de Sylvie Bonzon (1987), em especial, mas também Juan M. Clavel (1987: 371, nt. 3), Olivier Mongin (1986: 215), e até Charles E. Reagan (1985) e Hans Kellner (1990)¹. Todavia não vejo que qualquer destes autores retire daí a consequência que, segundo a tese de Ricœur, se tornará então imperiosa: investigar a refiguração, por *Tempo e Narrativa*, da temporalidade dos seus leitores. Este será o meu objectivo no parágrafo 4.2.

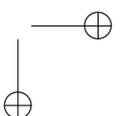
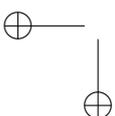
4.1. Tempo e Narrativa como um tipo narrativo

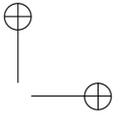
Tempo e Narrativa abre com um pequeno prólogo, no qual se apresenta como um estudo sobre a inovação semântica conseguida pela narrativa, que em última instância se refere à experiência do tempo. O autor assinala ainda que essa obra é uma composição de ensaios autónomos (cf. 2.a).

Posto isso, “la première partie du présent ouvrage vise à porter au jour les *présuppositions* majeures que le reste du livre est appelé à soumettre à l’épreuve” (Ricœur, 1983: 17). O seu primeiro capítulo revela a discordância que subsiste na alma que experimenta a temporalidade, a despeito do esforço de concordância que S. Agostinho lhe (à alma) atribui. Por mera *repetição formal* desses termos, e pela oportunidade, também formal, da sua inversão, segue-se um capítulo sobre a concordância que Aristóteles reconhece que a narrativa estabelece sobre a discordância dos acontecimentos. O terceiro capítulo propõe então a hipótese de base atrás citada (cf. 3.2.c).

Seguem-se duas longas interpretações, apresentadas em outras tantas Partes, de diversas obras cuja *composição* sugere uma configuração do tempo tanto pela historiografia quanto pela ficção. Ou

¹ Para desenvolver a explicação e compreensão desta obra, no seu conjunto posso sugerir S. Bonzon (1987); para o vol. 1, v. C.E. Reagan (1985); para o vol. 2, v. Bernard Stevens (1986); para o vol. 3, e a resposta da narrativa à especulação do tempo, v. Diego Sanchez Meca (1987).





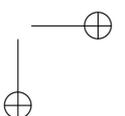
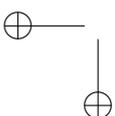
seja, a hipótese de uma resposta da narrativa à especulação do tempo não será recusada por falta de referência das duas classes narrativas a este tema – após aquela repetição formal nos primeiros dois capítulos, a *plausibilidade* da hipótese consequente é assim reforçada (cf. 2.b).

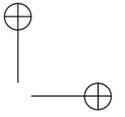
Essas duas Partes são provas da hipótese pela negativa, cabendo à quarta Parte pô-la à prova pela positiva. Dando um passo atrás, numa primeira Secção o autor *repete*, agora *desenvolvidamente*, a aporia teórica que introduzira no primeiro capítulo da primeira Parte (reportando-se às obras aqui referidas no parágrafo 1). Dada a plausibilidade conseguida nas duas Partes intermédias, a segunda Secção dessa última Parte *desenvolve* então o segundo capítulo da primeira Parte, mostrando como a historiografia e a ficção se referem ao tempo (v. parágrafos 2 e 3).

A obra termina com umas Conclusões que oferecem *o ponto de vista a partir do qual a obra inteira ganha um sentido totalizante* (cf. 3.2.c). Para na penúltima página o autor reconhecer que as “*répliques que la poétique du récit oppose aux apories du temps (...) constituent une constellation signifiante, sans pour autant former une chaîne contraignante: rien n’oblige en effet à passer de la notion d’identité narrative à l’idée de l’unité de l’histoire, puis à l’aveu des limites du récit face au mystère du temps qui nous enveloppe. En un sens, la pertinence de la réplique du récit aux apories du temps diminue d’un stade à l’autre*” (Ricœur, 1985a: 488).

Em todo esse percurso Paul Ricœur chama diversos autores a darem os seus contributos sobre o tempo, sobre a história, sobre a ficção, limitando-se o primeiro a apresentar as obras destes outros, por vezes a relacioná-las explicitamente, e até as desenvolvendo, mas sem procurar nunca alcançar um pensamento sistemático que ultrapasse essa heterogeneidade ou divergência.

Pegando nas últimas palavras de Ricœur aqui citadas, não reconheço assim em *Tempo e Narrativa* uma ordem sistemática, pela qual, dedutiva ou indutivamente, se subsumisse uma diversidade a

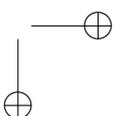
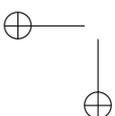


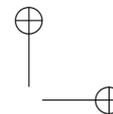


um mesmo princípio. Essa obra também não segue uma ordem problematológica desde o reconhecimento de um obstáculo à sua resolução, passando pelo respectivo equacionamento e proposta e implementação de um plano resolutivo. Diferentemente, ela repete desenvolvidamente o que começa por postular. Numa repetição que não é passiva, antes torna-presente o que tinha-sido em função de um porvir anunciado logo após a justaposição do tempo e narrativa nos dois primeiros capítulos. Retira-se assim uma configuração a partir de uma sucessão de episódios teóricos heterogêneos, sem no entanto se reduzir estes últimos a uma tese una.

Tempo e Narrativa verifica pois as categorias com que caracteriza a narrativa em geral, sugerindo a sua própria classificação como uma “intrigue philosophique” (Bonzon, *op.cit.*). Em particular, pela minha parte penso que constitui um *tipo* caracterizado *i*) pela semelhança ao paradigma das *Confissões* por a repetição constituir aí a forma temporal ela mesma (sem a discriminação espacial entre começo, meio e fim, cf. 3.2.c); distinguindo-se no entanto por *ii*) os seus episódios serem pensamentos puros – já sem referência aos estados mentais de quem os experimente, e menos ainda a quaisquer acções espaço-cronológicas – que *iii*) se não relacionam segundo a respectiva cronologia – as fenomenologias de Heidegger e de Husserl desenvolvem a de S. Agostinho à revelia de quaisquer interposições e proximidades cronológicas das ficções de Proust ou de Virgínia Woolf, etc. – mas sim por mera plausibilidade – que começa na inversão formal de termos agostinianos e aristotélicos.

Tempo e Narrativa regride assim do plano do *pensamento dado*, constituído em conformidade à lógica, para o plano de um *pensar prático* que produz uma concordância na discordância dos elementos do plano anterior. Esta auto-referencialidade da obra resta porém implícita – ou seja, constitui uma lacuna que desafia a capacidade do leitor para configurar ele mesmo *Tempo e Narrativa* (cf. 2.b). Responder a este desafio torna-se um segundo objectivo hermenêu-



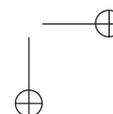
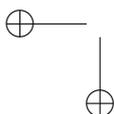


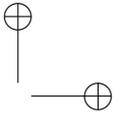
tico para o comentário dessa obra de Paul Ricœur, que tentarei agora cumprir no que à configuração do tempo diz respeito.

4.2. De um *outro* do tempo e da estrutura da plausibilidade

Do conteúdo de *Tempo e Narrativa* resulta que a sua forma configurará a temporalidade, ou melhor, que a sua leitura o deve fazer, refigurando a temporalidade do leitor já para além dos ensaios que o autor francês reuniu nessa sua obra. Todavia a irrelevância cronológica da sucessão episódica em *Tempo e Narrativa* dissolverá uma respectiva mediação horizontal por desconsideração do tempo cosmológico. Em troca, a relevância lógica da determinação do princípio, meio e fim dessa sucessão, e o significado que totaliza esta última logo desde a posição da hipótese no terceiro capítulo, induzem à abertura vertical (cf. 3.2.a). Que se desenvolve, historialmente, pela forma repetitiva (posição expressa do fim no começo, e não apenas reconhecimento de um problema) referida no parágrafo anterior; reforçando ainda, me parece, a primazia da repetição colectiva pois *Tempo e Narrativa* não só se dirige a um público, mas assume-o logo no seu (deste tipo narrativo) percurso ao entrecruzar uma enorme quantidade de autores e disciplinas. Também a recusa da morte como *outro* da temporalidade originária fica assim reforçada. Resta averiguar se este tipo narrativo logra uma mediação positiva radical da verticalidade do tempo, até dada a referida irrelevância cronológica da sua dimensão episódica – o que poupa a extensão da temporalidade originária à pressão distensiva daquela dimensão.

Como seu leitor, participando pois desta incumbência colectiva de totalizar essa intriga filosófica pela aplicação das categorias nela própria expressas, não encontro porém aí pistas de determinação da origem da temporalidade desse processo de “une longue et difficile

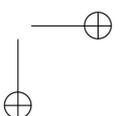
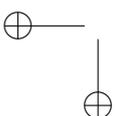


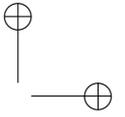
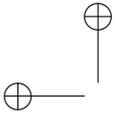


conversation triangulaire entre l’historiographie, la critique littéraire et la philosophie phénoménologique” (Ricoeur, 1983: 156) mais a filosofia cosmológica. Ou seja, penso que *Tempo e Narrativa* não acompanha obras como as *Confissões* de S. Agostinho numa mediação radical da verticalidade do tempo.

Para o fazer penso que a obra teria que sugerir o fundamento de qualquer relação de plausibilidade, como a que o autor propõe ao leitor se aplicar logo desde aquela sequência do episódio agostiniano ao aristotélico (do primeiro para o segundo capítulo). Pois essa será a origem do reconhecimento do poder-ser do episódio posterior no ter-sido do anterior, ou seja, esse será o fundamento da repetição resolvida da hipótese colocada no terceiro capítulo – expressando aquela sequência anterior – até às conclusões finais. Ora, continuando a implementar a auto-referencialidade de *Tempo e Narrativa*, esse esquema será desenvolvido no seio da tradição que contrapõe as culturas greco-latina e judaico-cristã. A saber, um esquema de relacionamento plausível no seio de uma temporalidade referida a um *aión* eterno, imutável... creio que tomará a forma de uma estrutura que faculte seja inferências lógicas probabilísticas, seja relações de causalidade contingentes. Já um esquema de implementação de plausibilidade segundo um *Javé* comprometido com a própria temporalização dessa implementação não comportará uma tal estrutura geral. Antes dará conta de uma experiência do sujeito, que toma a iniciativa dessa implementação esquemática, de uma relação subjetiva e íntima com algo que o anime a tomar essa iniciativa – como a criatura que se descobre como tal ao encontrar em si a pista de um seu Criador.

Relativamente então a uma refiguração greco-latina, como disse não encontro em *Tempo e Narrativa* qualquer pista de uma tal estrutura lógica ou causal. Não me refiro a alguma relação teórica entre o tempo e a narrativa, a qual desde logo não seria prática como a que essa intriga filosófica implementa. Uma tal relação, pois, não está

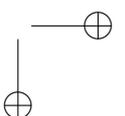
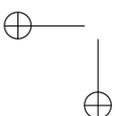


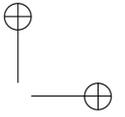


nem tinha que estar nessa obra². Mas o recurso a uma estrutura geral da plausibilidade não contradiria o resultado, pontual, da sua aplicação prática àqueles dois temas. Essa estrutura poderia assim ser invocada na longa e difícil conversação triangular... E isso refiguraria a temporalização do leitor nesta última sob a égide de um *aión*. Não vejo porém sinal dela (estrutura) nos vértices deste triângulo (nas transições ou articulações entre os três pólos temáticos).

Paralelamente, se o discurso de Ricœur está pontuado por uma série de reconhecimentos da contingência da sua evolução e orientação – citei aqui algumas dessas passagens – não dei conta, ao lê-lo, de qualquer reconhecimento do que terá animado o agente inicial desse discurso (P. Ricœur) a desenvolvê-lo como precisamente o fez; no que seria uma sugestão – dada a publicidade que caracteriza a narrativa – a que também nós outros, seus consequentes agentes pela leitura, nos assumíssemos na relação a esse fundamento dinâmico.

² Esta é a correcção substancial que faço ao meu argumento em “A contribuição de Paul Ricœur para a teoria da temporalidade”, in: A.M. Martins et. al. (Coord.), *Da Natureza do Sagrado – Homenagem a Francisco Vieira Jordão*, Vol. II, Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1999, pp. 855-893. Logo na altura (então sem as referências científicas introdutórias) tentei que o presente texto substituísse aquele outro, mas suponho que não terá chegado a tempo aos coordenadores dessa obra colectiva. Além de diversos ajustes pontuais, procurei corrigir (o que julgo ter sido) uma precipitação minha ao interpretar no texto ricœuriano a sugestão do modelo hebreu de *outro* originário do tempo, na base da ausência da referida relação teórica. Possivelmente terei sido induzido por interesse nas investigações que estava então a encetar, que me trouxeram ao ensaio *O Nó do Problema Ocidental. A dimensão das ciências* (www.biblioteca24x7.com.br), precisamente em função do qual creio ser relevante retomar esta correcção. De um lado, para a salvaguarda de alguma compreensão do tempo – ao menos prática se não teórica – que aponte no parágrafo 4.3.a do referido ensaio, assumindo-a como condição de articulação entre o plano dos princípios culturais em geral e o plano da respectiva implementação civilizacional. Assim como para a salvaguarda de alguma identificação, ainda que narrativa e portanto não fechada, ou não totalizada, que ali aponte na nota 1, embora assinalando também uma debilidade desse processo aberto. Por outro lado, para recusar qualquer sugestão precipitada na reorientação ocidental face ao que propus constituir o nó do problema que muitos de nós reconhecemos no Ocidente actual.



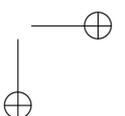
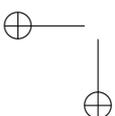


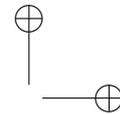
Na falta de qualquer destas pistas, e sob o argumento (ricœuriano) de que a temporalização de um processo de desenvolvimento de plausibilidades seria originado pela referência ao *outro* a que alguma dessas pistas abra, cabe concluir que por meio desta leitura se não refigura integralmente a nossa temporalidade vertical.

5. Avaliação da resposta de *Tempo e Narrativa* ao problema do tempo

Em suma, essa obra do pensador francês propõe-nos uma dupla mediação prática da temporalidade: por um lado, mediante as categorias gerais da narrativa, por outro lado, mediante a própria narratividade de *Tempo e Narrativa*. Esta auto-referencialidade da obra coloca-a porém em terrenos escorregadios no que à validade de toda essa proposta diz respeito.

Não simplesmente por se auto-referir, pois como Kneale & Kneale (1980: 233, 234) bem apontam, esta orientação é inócua em diversas asserções. O problema porém começa quando a forma e o conteúdo destas invertem mutuamente os respectivos valores de verdade – é o caso dos *insolubilia* da lógica medieval, ex. “o que eu estou escrevendo neste parágrafo é falso”. Ora o conteúdo de *Tempo e Narrativa* atribui uma determinada veracidade à forma narrativa, a qual (veracidade) condicionará a daquele conteúdo uma vez que este evolui segundo essa forma. A saber, com o círculo da mimesis “nous atteignons ici un point où découvrir et inventer sont indiscernables” (Ricœur, 1984b: 448), ou como o autor diz em *Tempo e Narrativa* (1983: 86), implementa-se “un concept prospectif de vérité selon lequel inventer, c’est retrouver”. Como se atribui essa obra a si própria esta veracidade prospectiva? Se o fizesse afirmativamente – ex. “o que passei a escrever desde o último exemplo é verdade” – a asserção seria logicamente inócua. Mas não me parece ser bem esse o

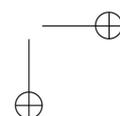
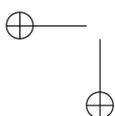


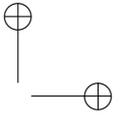
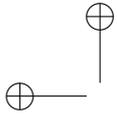


caso. A veracidade que o conteúdo daquela obra atribui à forma que ela própria verifica, incidindo assim sobre o conteúdo (de atribuir à forma narrativa...), é como vimos a da plausibilidade. A narrativa não discrimina o verdadeiro do falso, limita-se a implementar a possibilidade do primeiro. Por conseguinte, um juízo ricœuriano final sobre a hipótese que Paul Ricœur se propôs pôr à prova na obra que temos vindo a comentar é que essa hipótese tanto pode ter resistido à prova... como não. Ou que tanto podemos descobrir-e-inventar nela (obra) uma forma de necessidade transcultural entre a actividade de contar uma história e o carácter temporal da experiência humana, mais as referidas correcções à teoria desta última pelas categorias narrativas, como podemos não reconhecer uma tal necessidade, e portanto que nenhuma correcção é feita à primeira pelas segundas.

Ricœurianamente, dir-se-á que cabe a cada leitor colmatar essa lacuna do estabelecimento da auto-referencialidade de *Tempo e Narrativa* ou como inócua – numa confirmação da sua veracidade – ou como mais um caso para a colecção dos *insolubilia* – se se recusar antes a referencialidade da narrativa ao tempo. Não nos esqueçamos todavia que, uma vez suspenso o conteúdo dessa obra para que cada leitor o julgue, este último não ficará também limitado pela indicação de uma tradição composta na base das origens greco-latina e judaico-cristã da temporalidade de uma leitura crítica. Porventura poderemos encontrar outras origens ainda além destas.

Enquanto não as descortinamos, penso que *Tempo e Narrativa* nos resta como uma exaustiva colocação da hipótese que esta obra menciona, sem que todavia se tenha encetado a sua prova, e nem mesmo se tenham avançado os critérios desta última.

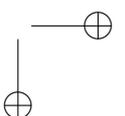
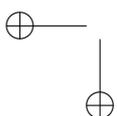


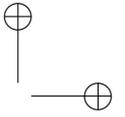
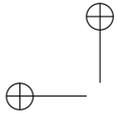


Bibliografia Consultada

Bibliografia Primária:

- Ricœur, P. s.d. *A Metáfora Viva*. Trad. port. J.T. Costa et. al. Porto: Rés.
- 1980. La fonction narrative et l’expérience humaine du temps. *Archivio di Filosofia*, vol. 80, n. 1: 343-367.
 - 1983. *Temps et Récit*. Vol. I. Paris: Éditions du Seuil, Collection Points. Há trad. port. pelo menos dos primeiros 2 vol. de *Tempo e Narrativa*, por M. Appenzeller, rev. M.P. Villela-Petit, São Paulo: Papyrus Editora, 1995.
 - 1984a. *Temps et Récit*. Vol. II, *La Configuration dans le Récit de Fiction*. Paris: Éditions du Seuil, Collection Points.
 - 1984b. Le temps raconté. *Revue de Métaphysique et de Morale*, a. 89, n. 4: 436-451.
 - 1985a. *Temps et Récit*. Vol. III, *Le Temps Raconté*. Paris: Éditions du Seuil, Collection Points.
 - 1985b. History as narrative and practice. Peter Kemp talks to Paul Ricœur in Copenhagen. *Philosophy Today*, vol. 29: 213-222.
 - 1986a. L’imagination dans le discours et dans l’action. In: *Du Texte à l’Action. Essais d’Herméneutique II*. Paris: Éd. du Seuil, 213-259.
 - 1986b. L’Iniciative. In: *Du Texte à l’Action. Essais d’Herméneutique II*. Paris: Seuil: 261-277.
 - 1986c. Ce qui me préoccupe depuis trente ans. *Esprit*, nn. 8-9: 227-243.

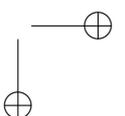
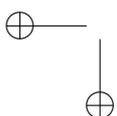


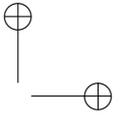
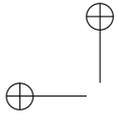


- 1988a. *O Discurso da Acção*. Trad. port. A. Morão, Lisboa: Edições 70.
- 1988b. L'identité narrative. *Esprit*, nn. 7-8: 295-304.
- 1990a. *Soi-Même comme un Autre*. Paris: Éd. du Seuil.
- 1990b. Entretien avec Paul Ricœur. Questions de Jean-Michel Le Lannou. *Revue des Sciences Philosophiques et Théologiques*, t. 74, n. 1: 87-91.
- 1991. In: Mario J. Valdez (ed.). *A Ricœur Reader: Reflection & Imagination*. Nova Iorque: Harvest Wheatsheaf.
- 1992. *Lectures II: La Contrée des Philosophes*. Paris: Éd. du Seuil.
- 1994. *Lectures III: Aux Frontières de la Philosophie*. Paris: Éd. du Seuil.

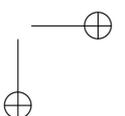
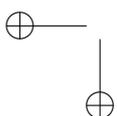
Bibliografia Secundária:

- Angulo, J.R. 1985. El trabajo del simbolo (hermenéutica y narrativa). *Universitas Philosophica*, a. 3, n. 5: 37-56.
- Appoloni, A. 1987. Storia e narrazione in Paul Ricœur. *Verifiche*, vol. 16, n. 3: 265-290.
- Bonzon, S. 1987. Paul Ricœur, *Temps et Récit*: une intrigue philosophique. *Revue de Théologie et de Philosophie*, vol. 119, n. 3: 341-367.
- Bourgeois, P. 1993. The instant and the living present. Ricœur and Derrida reading Husserl. *Philosophy Today*, vol. 37, n.1: 31-37.

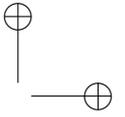




- Carr, D. 1984. Table ronde / Round table – *Temps et Récit*, volume I. *Revue de l'Université d'Ottawa*, vol. 55, n. 4: 301-322.
- Cesar, C.M. 1986. Le problème du temps chez Paul Ricœur. *Il Protagora*, a. 26, nn. 9-10: 65-72.
- Clavel, J.M. 1987. Deseo, tiempo y narración. La filosofía de P. Ricœur como hermenéutica de la esperanza crítica. *Miscelánea Comillas*, vol. 47, n. 91: 371-389.
- Correia, C.J.N. 1986. Ricœur e a metáfora integral. *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 5^a série, n. 6: 35-48.
- Costa, J.M.S. Dias 1990. *Anamnese e Reconciliação. A Teoria da História em Paul Ricœur*. Tese de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Filosofia de Braga.
- Damáσιο, A.R. 1999. *O Erro de Descartes – Emoção, Razão e Cérebro Humano*. 19^a ed. Trad. D. Vicente et. al. Mem Martins: Europa-América
- Faes, H. 1987. La nature peut-elle être racontée? (à propos de *Temps et Récit* de P. Ricœur). *Revue des Sciences Philosophiques et Théologiques*, t. 71, n. 3: 421-432.
- Grondin, J. 1990. L'herméneutique positive de Paul Ricœur: du temps au récit. In: C. Bouchindhomme & R. Rochlitz (ed.), «*Temps et Récit*» en *Débat*, Paris: Cerf: 121-137.
- Kellner H. 1990. "As real as it gets..." Ricœur and narrativity. *Philosophy Today*, vol. 34, n. 3: 229-242.
- Kemp, P. 1986. Étique et narrativité. à propos de l'ouvrage de Paul Ricœur: *Temps et Récit*. *Aquinas*, a. 29, fasc. 2: 211-232.
- Kneale, W.; Kneale, M. 1980. *O Desenvolvimento da Lógica*. 2^a ed. Trad. M.S. Lourenço. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.



- Leenhardt, J. 1980. Herméneutique, lecture savant et sociologie de la lecture. In: C. Bouchindhomme & R. Rochlitz (ed.), «*Temps et Récit*» en *Débat*, Paris: Cerf: 111-120.
- Magalhães, T.C. 1987. Tempo e narração: a proposta de uma poética da narração em Ricœur. *Síntese*, vol. 15, n. 39: 25-36.
- Malabou, C. 1988. Temps littéraire et pensée du temps (Proust lecteur de Ricœur). *Revue Philosophique de la France et de l'Étranger*, n. 3: 317-332.
- Meca, D.S. 1987. La réplica de una poética de la narratividad a la aporética fenomenológica del tiempo. *Carthaginensia*, vol. 3, n. 4: 263-284.
- Miguel, R. 1987. Narration, connaissance et identité chez Paul Ricœur. *Philosophique*, vol. 14, n. 2: 425-433.
- Mongin, O. 1986. Face à l'éclipse du récit. *Esprit*, nn. 8-9: 214-226.
- Mukengebantu, P. 1990. L'unité de l'oeuvre philosophique de Paul Ricœur. *Laval Théologique et Philosophique*, vol. 46, n. 2: 209-222.
- Pellauer, D. 1987. *Time and Narrative* and theological reflection. *Philosophy Today*, vol. 31, n. 3: 262-286.
- Prigogine, I.; Stengers, I. 1990. *Entre o Tempo e a Eternidade*. Trad. F. Fernandes et. al.; rev. J. Buescu. Lisboa: Gradiva.
- Reagan, C.E. 1985. Paul Ricœur's *Time and Narrative*. *International Philosophical Quarterly*, vol. 25, n. 1: 89-105.
- Rioux, B. 1986. Philosophie du discours chez Ricœur et le fondement du langage. *Laval Théologique et Philosophique*, vol. 42, n. 1: 15-21.



- Sacks, O. 2004. In the river of consciousness. *The New York Review of the Books*, 51 (1). In: http://www.nybooks.com/articles/article-preview?article_id=16882, Março de 2009.
- Schaldenbrand, M. 1979. Metaphoric imagination: kinschip through conflict. In: C.E. Reagan (ed.), *Studies in the Philosophy of Paul Ricœur*, Athen, Ohio: Ohio University Press.
- Skousgaard, S. 1980. Revisiting fundamental ontology: Ricœur vs. Heidegger. *Tulane Studies in Philosophy*, vol. 29: 119-132.
- Stevens, B. 1986. Étude critique – le temps de la fiction. *Revue Philosophique de Louvain*, t. 84, n. 61: 111-119.
- White, H. 1985. The rule of narrativity: symbolic discourse and the experiences of time in Ricœur's thought. *Revue de l'Université d'Ottawa*, vol. 55, n. 4: 287-299.
- Wood, D. (ed.) 1991. *On Paul Ricœur. Narrative and Interpretation*. Londres, Nova Iorque: Routledge.

